



SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO
EMPRESARIAL DOS AÇORES, EPER
Azores Business Development Society

Relatório de Gestão

2015

A SDEA, EPER, concebe e executa políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade das empresas açorianas, bem como de promoção da inovação e do empreendedorismo.

Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores

Tel. +351 296 309 100
Tel. + 351 295 217 664

Rua de São João 47/49 | 9504- 533 Ponta Delgada
Rua Direita 52-2º | 9700-066 Angra do Heroísmo

www.investinazores.com
sdea@investinazores.com

Conteúdos

Mensagem do Presidente	1
Enquadramento Macroeconómico	3
Estrutura Orgânica e Recursos Humanos	4
Desenvolvimento Empresarial	8
Desenvolvimento de Políticas	16
Inovação e Empreendedorismo	27
Promoção de Investimentos	38
Promoção e Comunicação	50
Participações e Atividades Diversas	87
Proposta de Aplicação de Resultados	93
Demonstrações Financeiras	94
Relatório e Parecer do Fiscal Único	117

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Mensagem do Presidente

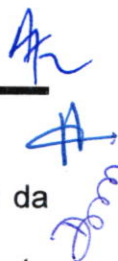
Destaques Estratégicos, Financeiros, Operacionais

No ano transato, a SDEA reafirmou a sua posição enquanto parceiro privilegiado das empresas açorianas e daqueles que escolheram os Açores como destino para os seus investimentos.

Fomos parte ativa na promoção das empresas regionais como motor do desenvolvimento económico e assumimos, uma vez mais, a sua competitividade e produtividade como objetivos nossos.


Em 2015, a SDEA teve como desafio conceber, desenvolver, implementar e certificar um Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com os requisitos da norma internacional NP EN ISO 9001:2008, tendo assim a partir de 14 de dezembro de 2015 acrescentado uma marca ao seu logotipo: a de “Entidade Certificada”.

Acreditamos que um Sistema de Gestão da Qualidade permitirá criar o enquadramento certo para a melhoria contínua da atividade desenvolvida, de modo a incrementar a satisfação dos clientes e das diversas partes interessadas, indo assim de encontro à missão e atribuições da SDEA.



Foi claro o comprometimento de toda a nossa equipa na prossecução da missão da SDEA, contribuindo assim para o desenvolvimento de um ambiente de negócios saudável para quem desenvolve aqui a sua atividade e atrativo para quem desejar investir nos Açores.

Enquadramento Macroeconómico



Em 2015 assistiu-se a uma certa estagnação da economia mundial. De acordo com o Banco Mundial, este menor crescimento deriva da queda do preço das matérias-primas, da contração do comércio internacional e do fluxo de capitais, bem como da volatilidade financeira. Destaque especial para a recessão no Brasil e para a desaceleração da China, assim como para os riscos associados à escalada de conflitos em zonas de grande importância para a economia mundial e à queda do preço do petróleo.

A nível nacional, estima-se que economia portuguesa tenha crescido 1,5 % em 2015, após um crescimento de 0,9 % em 2014, verificando-se contudo uma continuidade nas dificuldades de crescimento económico associadas a questões de ordem interna, ao nível de ajustamentos estruturais, mas também a uma elevada incerteza de ordem externa.

Nos Açores, a evolução positiva de vários indicadores apontam para uma retoma económica sustentada. Saliente-se o crescimento estimado, em termos reais, do PIB regional em 1,8 % em 2015, representando uma aceleração face ao ano anterior de 1 %, e que se traduz no valor mais alto registado desde 2010. Já a taxa de desemprego registou, no fim de 2015, a maior redução face aos últimos 10 anos. Este indicador registava em 2015 um valor de 12,6 %, representando uma diminuição de perto de 3 pontos percentuais relativamente a 2014.

Em conclusão, o ano de 2015 representou nos Açores uma melhoria significativa da conjuntura económica, estimando-se que 2016 seja um ano de continuidade e de reforço desse crescimento.

Estrutura Orgânica e Recursos Humanos



A SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER foi criada pelo Decreto Legislativo Regional nº 1/2013/A, de 19 de fevereiro, que também aprovou os respetivos estatutos, tendo por missão contribuir para a conceção e execução de políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e produtividade das empresas açorianas, bem como da promoção da inovação e do empreendedorismo.

Tendo em vista a prossecução da referida missão, pelo artigo 3º do supracitado diploma, foram definidas as atribuições da SDEA, que envolvem um conjunto muito diversificado de medidas, procurando ir de encontro a uma nova estratégia de desenvolvimento regional, pela qual se pretende conferir a maior prioridade à dinamização da atividade económica. A atividade da SDEA abrange não só iniciativas de natureza conjuntural, que procuram essencialmente responder aos desafios decorrentes da situação económica, mas também políticas de carácter estrutural, com as quais se pretende melhorar o nível de competitividade das empresas, proporcionar melhores condições de empregabilidade e, deste modo, impulsionar o crescimento da economia açoriana a médio e longo prazo.

Constituem órgãos da SDEA, EPER o Conselho Estratégico, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

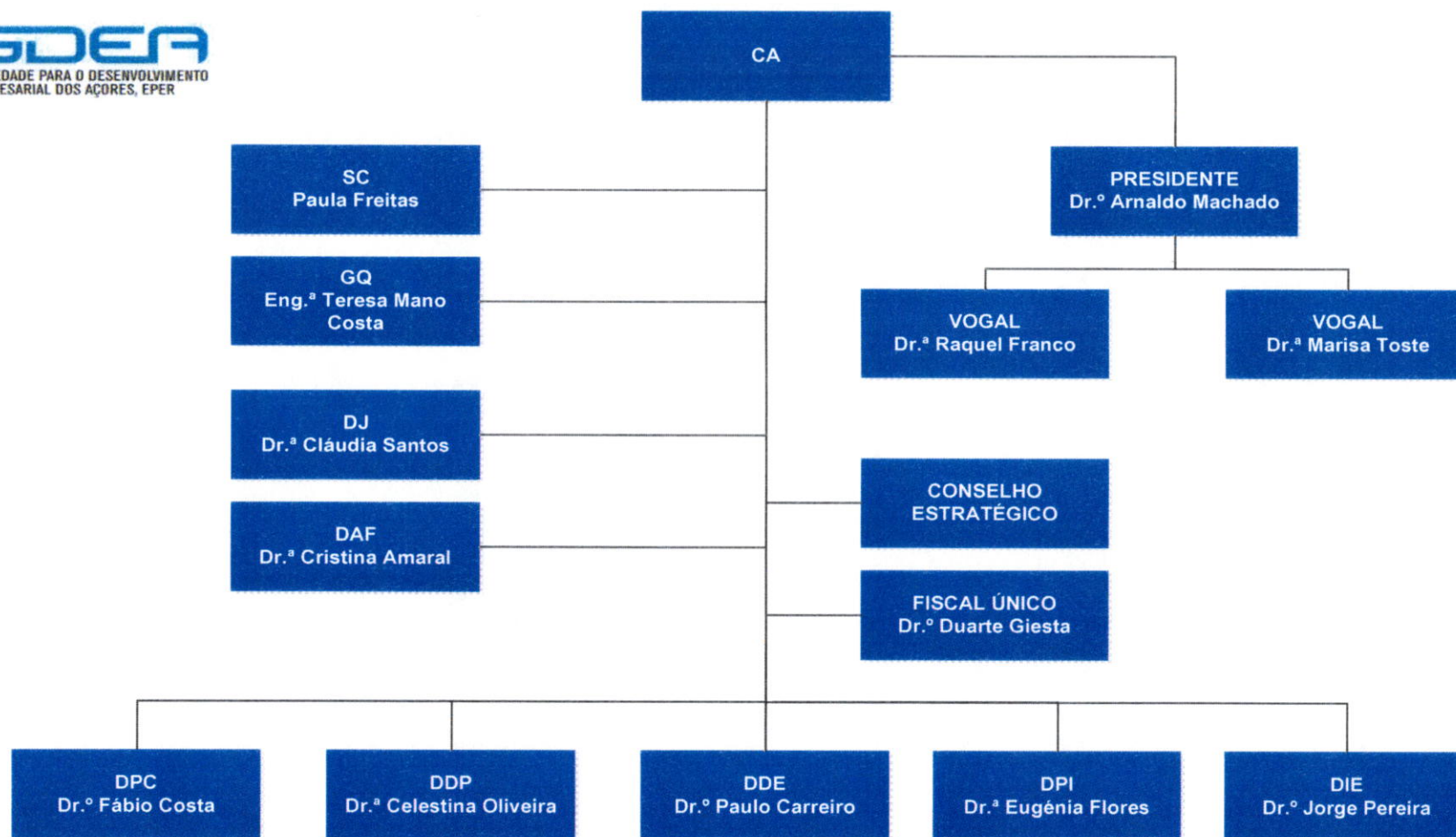
O Conselho Estratégico é um órgão de consulta e apoio na definição e acompanhamento da estratégia da SDEA, EPER, competindo-lhe pronunciar-se sobre a estratégia global da SDEA, EPER, apresentando propostas que contribuam para o reforço da competitividade da economia regional, assim como pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Administração. O Conselho Estratégico é presidido pelo

presidente do Conselho de Administração, integrando na sua composição sete representantes do Governo Regional e seis representantes do setor privado, os quais foram nomeados pela Resolução do Conselho do Governo nº 99/2015, de 15 de julho.

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e dois vogais, que foram nomeados através da Resolução do Conselho do Governo nº 23/2013, de 15 de março e pela Resolução do Conselho do Governo n.º 13/2016 de 7 de Janeiro, competindo-lhe gerir as atividades da SDEA.

A fiscalização da SDEA compete a um Fiscal Único, cujos poderes e competências se encontram estabelecidos na lei comercial, tendo o fiscal único sido nomeado pelo Despacho nº 861/2013, de 7 de maio, da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial.

A estrutura organizacional da SDEA consta do seguinte organograma:



Mr

A

Don

Os serviços da SDEA são desenvolvidos através da respetiva sede, em Ponta Delgada, e da delegação existente em Angra do Heroísmo.

As diversas áreas de atividade operacionais e técnicas estão afetas a sete departamentos, com diferentes domínios de intervenção.

Ao longo de 2015, procedeu-se ao recrutamento de três colaboradores, tendo entretanto saído da organização dois técnicos, podendo-se considerar que a dotação de recursos humanos existentes no final do ano é adequada ao eficaz desempenho da missão que nos foi atribuída.

As inúmeras atribuições cometidas à SDEA originaram um considerável volume de trabalho, tendo sido possível responder de forma adequada às solicitações dos agentes interlocutores desta entidade pelo esforço, dedicação e profissionalismo revelados por todos os colaboradores na execução das suas funções.

A SDEA conta com uma equipa jovem, altamente qualificada e com elevado nível de motivação. Os nossos colaboradores partilham os valores da SDEA, pautando a sua atuação pela transparência, rigor e igualdade de tratamento, e por princípios éticos.

Am
H
Den

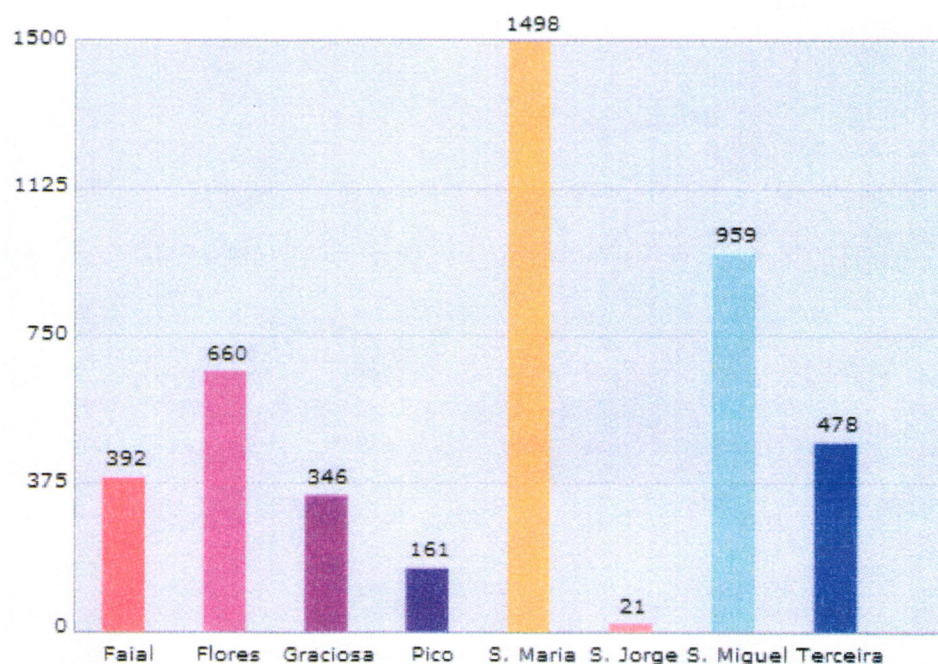
Desenvolvimento Empresarial

1 - Gabinete da Empresa

O Gabinete da Empresa proporciona um atendimento personalizado e especializado a empresas e futuros empresários, divulgando informação e providenciando aconselhamento sobre todos os aspetos inseridos no ciclo de vida da empresa.

O Gabinete da Empresa está presente em todas as ilhas, exceto no Corvo.

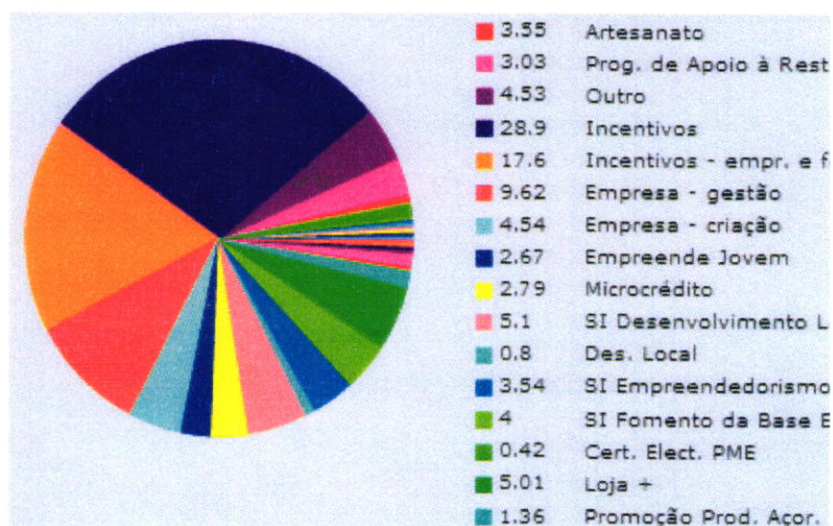
Gráfico 1 – Atendimentos



Em 2015, o GE realizou 4515 atendimentos, dos quais 2608 presenciais e 1907 telefónicos.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Gráfico 2 – Assuntos



Cerca de 29% dos atendimentos foram originados por clientes que procuravam incentivos ao investimento e ao funcionamento. Igualmente relevantes foram os atendimentos relacionados com medidas de apoio ao emprego e qualificação profissional, responsáveis por 17% da totalidade dos atendimentos realizados pela rede GE.

O Departamento de Desenvolvimento Empresarial foi ainda responsável por responder a 1141 solicitações por correio eletrónico.

2 - Loja da Exportação

A Loja da Exportação é um balcão especializado na obtenção de informações sobre mercados externos, processos de exportação e de internacionalização. As duas Lojas da Exportação dos Açores, situadas em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo, oferecem assistência a todas as empresas regionais que a requeiram.

Em 2015, foram realizados 13 atendimentos, dos quais sete presenciais e seis telefónicos.

As LE são ainda responsáveis pela gestão da relação das empresas exportadoras regionais, registadas na base de dados da AICEP, com esta agência.

Ao longo do ano em causa foi difundida informação sobre eventos, direccionada especificamente às empresas registadas, e foram ainda respondidos pedidos com recurso à base de conhecimento da AICEP e à sua Rede Externa.

Estão registadas, junto das LE dos Açores, 22 empresas açorianas exportadoras.

No dia 13 de maio realizou-se o evento *Roadshow Portugal Global 2015* em Ponta Delgada, envolvendo 38 empresas regionais e outras organizações relevantes, numa organização da AICEP Portugal Global, em parceria com a SDEA.

Neste evento, centrado no mercado canadiano, pretendeu-se potenciar não apenas as exportações, como a própria internacionalização das empresas regionais, num mercado com forte ligação aos Açores, atendendo à presença de uma numerosa comunidade luso-canadiana, mas também ao facto de, atualmente, o Canadá ser um dos principais destinos das exportações açorianas.

3 - Programa de Apoio à Revitalização das Lojas nos Centros Urbanos – LOJA +

O Loja+ visa promover a requalificação e revitalização do comércio dos centros urbanos, tendo em vista a ocupação de espaços devolutos, mediante um apoio ao arrendamento do estabelecimento comercial e/ou à requalificação do espaço comercial.

Em 2015 foram recebidas 56 candidaturas, das quais 33 foram aprovadas, 20 reprovadas, por não cumprirem as condições de acesso e três foram encerradas por desistência.

Foram aprovadas 27 candidaturas no setor do Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos, três candidaturas no setor da Restauração e bebidas, e as restantes três em diversas áreas dos Serviços.

Foi concedido um apoio total de €202.629,88, conducente à criação de 33 postos de trabalho e de oito empresas.

O Loja+ recebeu, até à data, 146 candidaturas, sendo que foram aprovados 92 projetos, implicando um apoio total de €576.874,97 e a criação de 123 postos de trabalho e de 36 empresas.

A totalidade dos projetos aprovados apresenta a seguinte distribuição:

Ar
A
Don.

Gráfico 3 – Ilhas

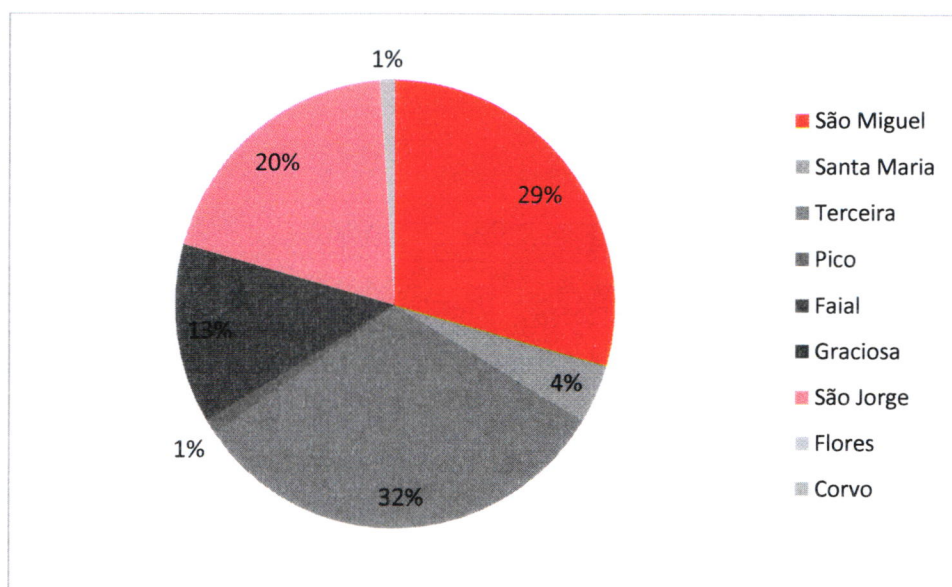
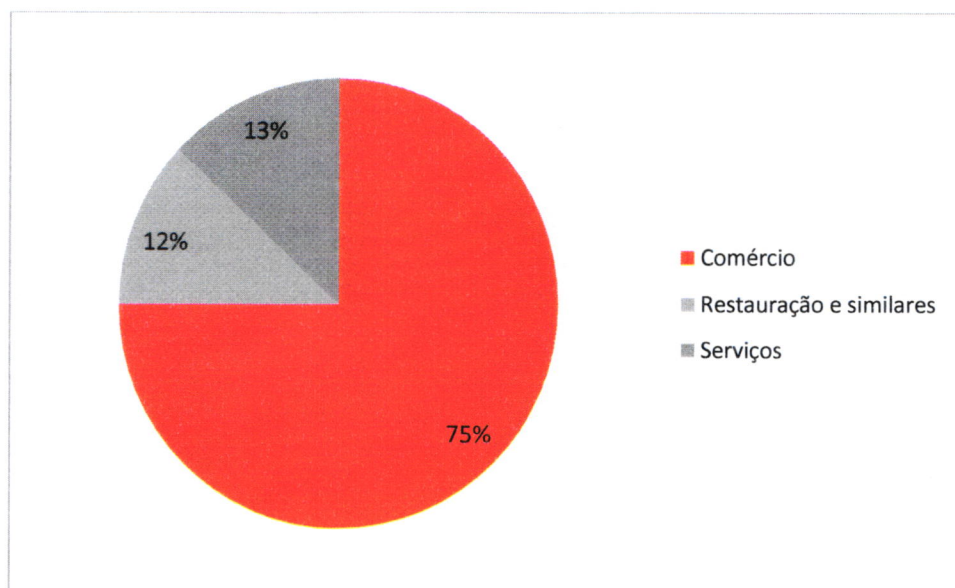
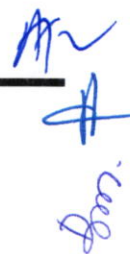


Gráfico 4 – Setores





4 - SIREVE

O Sistema Extrajudicial de Recuperação de Empresas (SIREVE) tem como objetivo melhorar as condições para a recuperação extrajudicial de empresas em dificuldades que, circunstancialmente, viram a sua estrutura económica e/ou financeira deteriorada, mas que possuem potencial de viabilização.

Este processo tem como principais vantagens a redução significativa dos prazos para conclusão do processo negocial, a criação de mecanismos de proteção do devedor e dos credores, a desmaterialização da formalização e do desenvolvimento do processo negocial e a possibilidade de qualquer credor não identificado pelo devedor solicitar a sua participação naquele processo.

Em 2015 foi concluído um processo negocial, mas não foram entregues novos requerimentos.

5 - Linha de Apoio à Reabilitação Urbana dos Açores (LARUA)

Criada em 2013, a LARUA visa financiar as operações de reabilitação e regeneração do edificado construído na Região Autónoma dos Açores, promovidas por particulares, empresas, ou cooperativas.

São elegíveis as operações conducentes à reabilitação de edifícios, nas modalidades de reconstrução, ampliação, alteração e conservação, incluindo ainda a melhoria das condições de eficiência energética em habitações existentes e a aquisição e instalação de equipamentos de microprodução de energia através da utilização de fontes renováveis.

O apoio consubstancia-se na bonificação de 80% do spread num valor máximo de bonificação de 4,8%.

Em 2015 foram recebidas 20 candidaturas, sendo uma promovida por uma empresa e as restantes 19 por particulares.

Foi aprovado financiamento no montante total de €1.336.981,18, o que corresponde a um apoio máximo de €684.655,98.

6 - Linha de Apoio à Exportação das Empresas dos Açores (LAEEA)

A LAEEA visa financiar as operações de exportação de produtos e/ou serviços de origem açoriana e/ou que tenham sido sujeitos a uma transformação na Região Autónoma dos Açores.

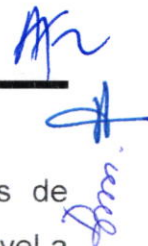
São elegíveis operações diretamente ligadas à exportação de produtos regionais.

Este instrumento financeiro, criado em 2013, concede apoio financeiro na forma de bonificação de 75% do *spread*, no valor máximo de 3,75%.

Em 2015, foi recebida uma candidatura, tendo sido aprovado um montante total de financiamento de €200.000,00, correspondente a um apoio máximo de €5.822,19.

7 - Certificação do estatuto de PME

Criada em novembro de 2007, a certificação eletrónica do estatuto de pequena e média empresa (PME) permite aferir o estatuto de qualquer empresa interessada em obter tal qualidade.



Atendendo a que a certificação é efetuada exclusivamente através de formulário eletrónico transmitido através da Internet, não sendo admissível a submissão dos dados necessários ao seu preenchimento por outra via, foi protocolado entre o organismo competente, o IAPMEI, e a SDEA, que a gestão dos processos, ao nível da Região Autónoma dos Açores, recairia sobre a segunda, o que inclui a prestação de informações e assistência às empresas regionais, bem como a realização de ações de controlo.

Em 2015, foram realizados 32 contactos relacionados com a certificação do estatuto de PME.

Desenvolvimento de Políticas

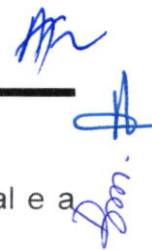
1 - Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial – Competir+

A política de incentivos ao investimento privado para o período 2014-2020 foi estabelecida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, que criou o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial, denominado Competir+, e foi regulamentada através de diversos Decretos Regulamentares Regionais relativos aos vários subsistemas, a saber.

- O Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2014/A, de 22 de setembro (alterado pelos Decretos Regulamentares Regionais n.º 11/2015/A, de 28/05, n.º 6/2015/A, de 8/02 e n.º 3/2015/A, de 13/02), que apoia projetos de investimento que se direcionem para os mercados exteriores à Região Autónoma dos Açores, através da produção de bens e serviços transacionáveis ou de investimentos no setor do Turismo;
- O Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2014/A, de 19 de setembro (alterado pelos Decretos Regulamentares Regionais n.º 3/2015/A, de 13/02, n.º 6/2015/A, de 8/02 e n.º 10/2015/A, de 12/05) que apoia projetos desenvolvidos obrigatoriamente em parceria e articulação entre as empresas, as associações empresariais e as câmaras municipais, destinados à modernização, remodelação, beneficiação ou ampliação de estabelecimentos empresariais existentes nos centros urbanos, à melhoria e qualificação dos

espaços públicos daqueles centros e a projetos de dinamização e animação dos centros urbanos e de melhoria da envolvente empresarial;

- O Subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2014/A, de 17 de setembro (alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2015/A, de 13/02), que apoia projetos, em todos os setores de atividade, conducentes à inovação produtiva e à implementação e desenvolvimento de sistemas de qualidade;
- O Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2014/A, de 10 de outubro (alterado pelos Decretos Regulamentares Regionais n.º 6/2015/A, de 8/02 e n.º 3/2015/A, de 13/02), que apoia projetos, promovidos por jovens empreendedores, que contribuam para a diversificação e renovação do tecido empresarial, através da criação de novos negócios ou da realização de ações coletivas de empreendedorismo;
- O Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2014/A, de 23 de setembro (alterado pelos Decretos Regulamentares Regionais n.º 6/2015/A, de 8/02 e n.º 3/2015/A, de 13/02), que apoia projetos de instalação, modernização, remodelação, beneficiação ou ampliação, em várias áreas de negócio, vocacionados para a satisfação do mercado local;
- O Subsistema de Apoio à Eficiência Empresarial, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2014/A, de 17 de setembro (alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2015/A, de 13/02), que apoia



projetos para a realização de ações coletivas de eficiência empresarial e a constituição de clusters.

Em janeiro de 2015 foram iniciados os procedimentos de candidatura aos apoios financeiros previstos nos diversos Subsistemas de Incentivos do Competir+, tendo sido introduzidas alterações legislativas em alguns dos diplomas, em resultado do processo de monitorização da sua implementação, designadamente:

a) Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2015/A, de 8 de fevereiro

No seguimento da redução da presença militar na Base das Lajes, o Governo Regional dos Açores procedeu à aprovação do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), programa de apoio estrutural à Ilha Terceira, que inclui medidas de mitigação dos impactos sobre a economia da Ilha e de valorização e potenciação estratégica e económica das infraestruturas existentes, que procuram, de forma direta ou indireta, dar uma resposta cabal aos legítimos interesses e preocupações da Região, e, em especial, das populações da Ilha Terceira.

O PREIT prevê a criação de um regime especial de incentivos, a vigorar durante o prazo de cinco anos, exclusivamente aplicado a projetos de investimento a realizar na Ilha Terceira que assegurem a criação de novos postos de trabalho, consubstanciado em medidas de diferenciação positiva de taxas e sistemas de incentivos, nomeadamente a majoração de apoios públicos regionais concedidos ao abrigo do Competir+.

Para o efeito, o Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2015/A, de 8 de fevereiro, procede à alteração dos regimes previstos no Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado, no Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação, no



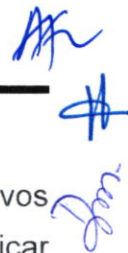
Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local e no Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo, majorando em 10% as taxas do incentivo reembolsável e não reembolsável previstas naqueles subsistemas de incentivo.

b) Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2015/A, de 13 de fevereiro

Tendo em conta que os Subsistemas de Incentivos do Competir+ estão de acordo com os princípios orientadores para a seleção de operações nas prioridades de investimento do eixo prioritário 3: Competitividade das Empresas Regionais do Programa Operacional Açores 2020 e concorrem para o alcance dos seus indicadores de resultado e de realização, no Decreto Regulamentar Regional de Execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2015, foi decidido alterar a entidade responsável pela concessão dos incentivos, deixando de ser unicamente o membro do Governo Regional com competência em matéria de competitividade empresarial para passar a poder ser também a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Açores 2020.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2015/A, de 13 de fevereiro, altera o modo de outorga dos incentivos no Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação, no Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local, no Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo, no Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Qualificado e Criativo e no Subsistema de Incentivos para Apoio à Eficiência Empresarial.

c) Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2015/A, de 12 de maio



Ao iniciar-se o processo de operacionalização do Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável e Integrado houve a necessidade de clarificar alguns aspetos e de introduzir maior atratividade à formação de parcerias entre as empresas, as associações empresariais e os municípios, em prol da desejada nova dinâmica da atividade empresarial nos centros urbanos.

d) Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2015/A, de 28 de maio

O Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação possibilita a aplicação das intensidades máximas de auxílios previstas no Mapa Nacional dos Auxílios de Estado com Finalidade Regional para a Região Autónoma dos Açores no período 2014-2020, mais precisamente de 65 %, 55 % e 45 %, para as pequenas, médias e grandes empresas, respetivamente, consagrando um valor máximo do apoio a conceder de 5 milhões de euros, sob a forma de subsídio não reembolsável, e de 5 milhões de euros, sob a forma de subsídio reembolsável.

A partir de determinados montantes globais de investimento, aqueles limites máximos de apoio, sob a forma de incentivo reembolsável e não reembolsável, deixam de constituir um incentivo de intensidade atrativa, não obstante poderem estar em causa projetos de investimento de especial interesse para o desenvolvimento regional, cuja realização urge promover, tendo em vista o efeito que podem ter na geração de riqueza e na criação de emprego.

Através do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2015/A, de 28 de maio, os projetos com um investimento total superior a 15 milhões de euros e inferior a 50 milhões de euros, passam a ser suscetíveis de serem apoiados financeiramente, sob a forma de incentivo não reembolsável, à taxa de 45% dos custos elegíveis, desde que criem pelo menos 100 postos de trabalho, os quais se devem manter afetos ao projeto de investimento por um período mínimo de 5 anos.

e) Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2015/A, de 2 de março

O Eixo 2 do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira prevê diversas medidas de incentivo à realização de projetos empresariais naquela ilha, designadamente a redução do valor mínimo de investimento necessário para acesso ao processo de reconhecimento e acompanhamento dos projetos de interesse regional (PIR).

Com o intuito de incentivar a captação de novas áreas de negócio e a criação de empresas e de emprego na Ilha Terceira, o Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2015/A, de 2 de março, procede à segunda alteração do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2011/A, de 15 de fevereiro, estipulando que, no caso dos projetos localizados na Ilha Terceira, cuja candidatura dê entrada até 31 de dezembro de 2019, o valor do investimento global mínimo é excecionalmente reduzido em 50% (passando de 5 milhões de euros para 2,5 milhões de euros).

f) Decisão da Comissão Europeia C(2015) 7010 final, de 19 de outubro

No decorrer do ano de 2015 foi desenvolvido o processo de notificação do Subsistema de Incentivos para a Internacionalização, destacando-se os contactos estabelecidos com a:

- Direção Geral de Concorrência - DG COMP - (SA.39901; 2014/PN) - que, depois de um processo negocial, no âmbito do qual foram introduzidos alguns ajustamentos, decidiu encerrar o processo, a 16 de fevereiro de 2015, declarando o Subsistema de Incentivos para a Internacionalização, conforme com o Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC), alertando, no entanto, para a necessidade de se proceder à notificação do Subsistema junto da DG AGRI e da DG MARE, dado pretender-se conceder auxílios a setores

excluídos do âmbito de aplicação do RGIC (comercialização de produtos agrícolas e de produtos da pesca;

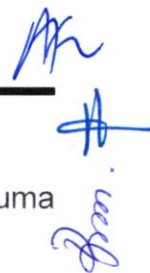
- Direção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural - DG AGRI - (SA.41505 2015/N) – que deu origem à Decisão da Comissão Europeia com a referência C (2015) 7010 final, de 19 de outubro, e que decide não levantar objeções aos auxílios previstos no Subsistema de Incentivos para a Internacionalização, declarando-o compatível com o mercado interno, nos termos do artigo 107.º, n.º 3, alínea c) do TFUE. Esta decisão foi publicitada no Jornal Oficial da União Europeia C 25, de 22 de janeiro de 2016;

- Direção Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas - DG MARE - (SA.42455 (2015/N) – processo iniciado a 6 de julho de 2015 e anulado a 22 de outubro de 2015, tendo em conta um pedido de esclarecimentos (DG MARE ref. Ares(2015)3614654, de 2015.09.02) e a reunião realizada entre os serviços da DG MARE e as autoridades nacionais e regionais a 13 de outubro de 2015.

Foi decidido retomar o processo de notificação à DG MARE do Subsistema de Incentivos para a Internacionalização depois da aprovação formal do Plano de Compensação dos Sobrecustos no Setor das Pescas para a Região Autónoma dos Açores, o que veio a acontecer a 15 de dezembro de 2015.

2 - Benefícios Fiscais em Regime Contratual

Em 2015, o Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2014/A, de 27 de junho, que regulamenta o regime dos benefícios fiscais contratuais, condicionados e temporários, suscetíveis de concessão ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, que adapta o

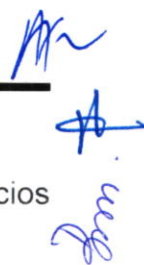


sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores, foi objeto de uma primeira alteração.

A alteração operada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2015/A, de 23 de junho, além de introduzir pequenos ajustamentos em matéria de legislação europeia sobre auxílios de estado, alterou aquele regime a fim de tornar a concessão de benefícios fiscais em regime contratual ainda mais atrativa e reforçar a competitividade da Região para concretizar investimentos de maior dimensão.

Neste âmbito é de salientar duas alterações ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 26 de março, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, com impacto na possibilidade de atribuição de benefícios fiscais em regime contratual, designadamente, o artigo 1.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que reduz de 2 para 1 milhão de euros o limite mínimo de investimento dos projetos da Ilha Terceira suscetíveis de serem considerados relevantes para a concessão de benefícios fiscais, desde que os mesmos criem postos de trabalho e o artigo 1.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2015/A, de 26 de outubro, que possibilita a concessão de benefícios fiscais a partir de um limite mínimo de investimento de € 200.000,00, no caso dos projetos de investimento relativos a atividades de biotecnologia marinha e aquacultura, independentemente da sua ilha de localização, desde que prevejam despesas de investigação e desenvolvimento no valor mínimo de 10% do investimento previsto.

Os benefícios fiscais podem revestir a modalidade de deduções à matéria coletável de IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ou de isenções ou reduções da taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis ou de IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e podem ser concedidos relativamente a projetos de investimento de valor superior a determinado montante, aos quais seja reconhecida relevância estratégica, de acordo com determinados critérios.



Em 2015 não foi rececionada qualquer candidatura ao regime dos benefícios fiscais contratuais.

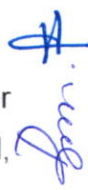
3 - Criação de uma Zona Económica Especial nos Açores

Com o intuito de criar uma Zona Económica Especial para a área envolvente do Porto e Aeroporto no concelho da Praia da Vitória, prevista no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT) foi contratualizada uma assessoria à Ernst & Young para a concetualização do regime fiscal a nela criar, a qual foi concluída em dezembro de 2015.

A proposta de criação de uma Zona Económica Especial, a denominar de Azores Business Center, abrange a implementação não só de benefícios fiscais específicos de diversa natureza, como também um conjunto muito vasto de condições – de natureza institucional, logística e operacional – favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas por parte das empresas.

Está previsto que o Azores Business Center seja operacionalizado em torno dos seguintes “clusters” setoriais:

- Cluster Industrial e Comercial, onde serão desenvolvidas atividades de produção, transformação de bens, logística e outras que tenham, predominantemente, por objeto os bens tangíveis.
- Cluster de Serviços, onde serão desenvolvidas atividades relativas à prestação de serviços e outras que não tenham por objeto, predominantemente, os bens tangíveis.
- Cluster dos Transportes, que contemplará um registo internacional de navios e um registo internacional de aviões.



Paralelamente, para as entidades que operem no Azores Business Center pretende-se implementar um conjunto de benefícios de âmbito fiscal, destacando-se:

- Uma taxa reduzida de IRC, com isenção de derramas municipais e estatais aplicáveis aos rendimentos obtidos fora de Portugal;
- A criação de um incentivo para o reinvestimento na atividade de lucros elegíveis, por via de um diferimento parcial do pagamento do IRC até ao momento da realização de operações de distribuição de lucros aos sócios (ou operações com efeito económico equivalente);
- A previsão de um meio alternativo para eliminação da dupla tributação jurídica relativamente a rendimentos obtidos no exterior de Portugal;
- Incentivos para atividades de transporte internacional desenvolvidas no âmbito dos registos internacionais de navios e aviões.

Esta proposta do Governo dos Açores envolve medidas de carácter inovador, geradoras de atratividade para o investimento privado e de competitividade face a outras jurisdições, não sendo afetada a atual estabilidade de receita fiscal da Região, ao mesmo tempo que é potenciado um desejável aumento da atividade económica.

Por outro lado, é também intenção estimular o incremento da atratividade de novos negócios, promovendo a estabilidade do regime do Azores Business Center, a cooperação entre entidades públicas e os agentes económicos, bem como a remoção de custos de contexto.

Para isso serão também criados diversos incentivos de natureza não fiscal, como sejam a existência de “one stop shop”, condições operacionais de vanguarda, mediante a disponibilidade de um serviço básico de “business support”, contratos de estabilidade fiscal e a existência de competências tributárias locais.

A consultoria fiscal incluiu a elaboração de uma proposta de Lei da Assembleia da República com o regime fiscal do Azores Business Center, que só poderá ser aprovada após aprovação pela Comissão Europeia em sede do regime de auxílios de estado, assim como de uma proposta de decreto-lei, a implementar simultaneamente ou após a aprovação da mencionada Lei, com a transferência para a Região Autónoma dos Açores de competências de administração tributária relativas ao Azores Business Center.

4 - Implementação de Instrumentos Financeiros no período de programação 2014-2020

Tendo em vista a criação de instrumentos financeiros para apoio direto às empresas na Região Autónoma dos Açores, a SDEA elaborou, a 18 de novembro de 2015, uma proposta de “Estratégia da Autoridade Gestão do Programa Operacional Açores 2020 para aplicação de instrumentos financeiros no âmbito do eixo prioritário 3: Reforçar a Competitividade das Empresas Regionais, a qual se pode resumir do seguinte modo:

- Criação de instrumentos financeiros nas quatro prioridades de investimento do Eixo 3: Reforçar a Competitividade das Empresas Regionais;
- Criação de instrumentos financeiros sob a forma de linhas de crédito com garantia mútua, linha de financiamento a entidades veículo de business angels, linhas de financiamento a fundos de capital de risco e linhas de financiamento a operações de capital reversível;

Esta proposta de estratégia para aplicação de instrumentos financeiros está a ser apreciada conjuntamente com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Açores 2020.

Inovação e Empreendedorismo

1 - Acompanhamento da Agenda Açoriana para o Crescimento do Emprego e Competitividade Empresarial (AAECECE)

Em 2013 foi desenvolvida uma aplicação informática que possibilita que as várias entidades gestoras das medidas da AACECE possam proceder à atualização sistemática de um conjunto de indicadores, bem como acompanhar cada medida nas suas fases de desenvolvimento, desde a preparação, passando pela sua implementação e encerramento. Deste modo, é possível saber-se a todo o momento que medidas se encontram em cada uma daquelas fases e quais os contributos de cada uma para o crescimento do emprego. Permite ainda uma avaliação de cada medida para aferição da sua continuidade, com eventuais ajustamentos, ou do seu encerramento definitivo.

Até finais de 2015 encontravam-se implementadas 52 das 62 medidas, duas delas já encerradas, o que representa uma taxa de execução de cerca de 87%, com os seguintes resultados e ponto de situação.

	N.º de pessoas diretamente beneficiárias	N.º de empresas diretamente beneficiárias	N.º de empregos diretamente criados	N.º de empresas diretamente criadas
2013	12.432	419	982	9
2014	9.689	1.526	1.220	186
2015	11.839	857	1.334	144
Totais	33.960	2.802	3.536	339

Handwritten signature and initials

AACECE - Medidas e Ponto de Situação		
01.01-Sistemas de Incentivos ao Investimento	SDEA	Implementada
01.02-Sistemas de Incentivos à atividade empresarial	SDEA	Implementada
01.03-Sistema de Incentivos ao Artesanato	CRAA	Implementada
01.04-Alteração do Prazo de Reembolso dos Empréstimos do SIDER	DRAIC	Implementada
01.05-Reforço do Apoio ao Microcrédito Bancário	DRAIC	Implementada
02.01-Via Verde de Exportação - Loja da Exportação	SDEA	Implementada
02.02-Marca Açores	SDEA	Implementada
02.03-Sistema de Incentivos à Promoção e Comercialização Externa	SDEA	Implementada
02.04-Linha de Crédito à Exportação	SDEA	Implementada
02.05-Captação de Investimento Externo	SDEA	Implementada
02.06-Campanhas de Promoção e Comercialização de Produtos Regionais	DRAIC	Implementada
02.07-Redução do Custo de Transporte Aéreo dos Produtos Regionais nas Ilhas da Coesão	SRTT	Implementada
03.01- Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo 2013-2016	SDEA	Implementada
03.02-BIC Açores	SDEA	Em Preparação
03.03-Incuba GO ON (Açores)	SDEA	Implementada
03.04-Start Up Açores - Programa de Atração de Empreendedores Qualificados	SDEA	Em Preparação
03.05-Empreende Açores	SDEA	Implementada
03.06-Clube de Business Angels	SDEA	Em Preparação
03.07-Projeto @PME	SDEA	Implementada
03.08-Reforço do Empreende Jovem	DRAIC	Implementada
03.09-Projeto Terra-Açores	DRADR	Cancelada
03.10-Crowdfunding Açores	SDEA	Implementada
04.01-Capital de Risco – Incentivos a criação de uma Sociedade de Capital de Risco nos Açores	SDEA	Em Preparação
05.01-Prorrogação das linhas de crédito de apoio às empresas regionais	DRAIC	Encerrada
05.02-Aumento do Prazo de Reembolso do capital das Linhas de Crédito de Apoio às Empresas	DRAIC	Implementada
05.03-Programa de Apoio à Concentração de Empresas - PREA	SDEA	Implementada
05.04-Programa de Reestruturação das Empresas Açorianas - PREA	SDEA	Implementada
05.05-Linha de Financiamento INVEST QREN	DRAIC	Implementada
05.06-Instalação nos Açores de uma Delegação das Sociedades de Garantia Mútua GARVAL e Agrogarante	SDEA	Em Preparação
06.01-Agir Agricultura e Agir Indústria - Programas de Estágios Profissionais	DREQP	Implementada
06.02-DUAL Açores	DREQP	Em Preparação
06.03-Programa de Estabilização do Emprego – Emprego estável	DRAIC	Implementada
06.04-PME Formação	DREQP	Implementada
06.05-Bolsa Recursos Humanos Agricultura	DREQP	Implementada
06.06-Majoração de Apoios à Criação de Emprego de pessoas portadoras de deficiência	DREQP	Implementada
06.07-INTEGRA +	DREQP	Implementada
06.08-INTEGRA StartUp	DREQP	Encerrada
06.09-ABC – Aquisição Básica de Competências	DREQP	Implementada
06.10-CPE Premium	DREQP	Implementada
06.11-Programa de incentivo à inserção do ESTAGIAR L e T	DREQP	Implementada
06.12-Prorrogação do ESTAGIAR L e T	DREQP	Implementada
06.13-Família Estável	DREQP	Implementada
06.14-Mercado Social de Emprego	DREQP	Implementada
06.15-Reativar Tecnológico	DREQP	Implementada